ORÇAMENTO

Passo apertado para LOA e LDO

No Senado, entre hoje e amanhã, estão agendadas reuniões em 17 comissões para tratar da pauta. Câmara se adiantou

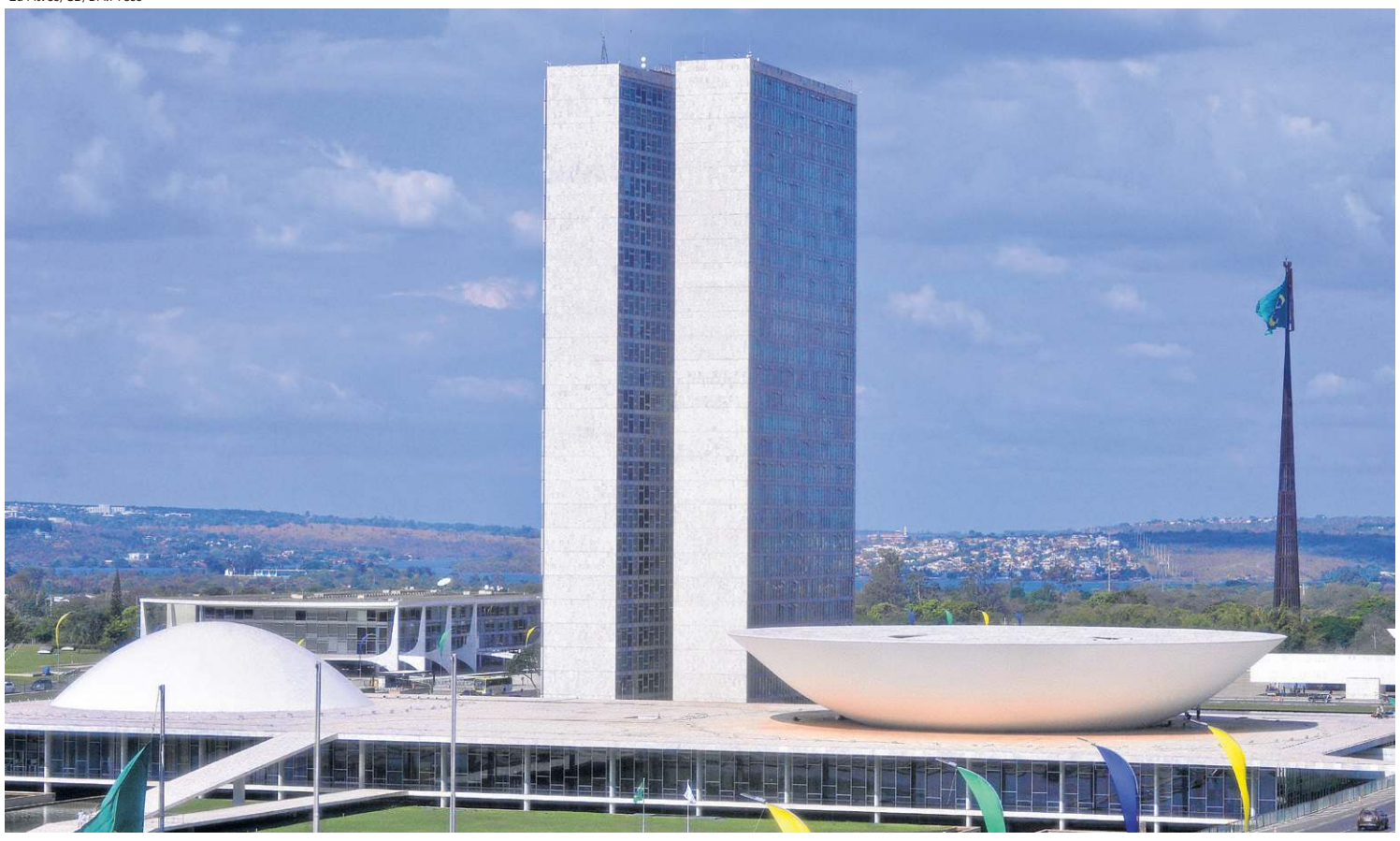
» EDLA LULA

Em semana apertada, por causa do feriado da Proclamação da República, os parlamentares se apressam para encaminhar emendas aos projetos de lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamentária Anual (LOA) de 2024. O prazo para o envio termina no dia 16, no caso da LDO, e no dia 23, para a LOA.

Além das emendas individuais, as comissões permanentes da Câmara e do Senado podem encaminhar até três emendas temáticas. No Senado, entre hoje e amanhã, estão agendadas reuniões em 17 comissões para tratar da LDO. Os deputados foram mais precavidos e debateram as emendas, na maior parte das comissões permanentes, na semana passada. Comissões que tratam de grandes orçamentos, no entanto — como a de Saúde e a de Educação — estão com reuniões marcadas para hoje, em ritmo semipresencial.

As emendas apresentadas à LDO não dispõem sobre volume de recursos, mas das metas e prioridades que o orçamento do próximo ano terá em cada área. Porque é disso que trata a LDO. Ela traz as regras e o direcionamento para a elaboração do orçamento, que é detalhado na LOA. A rigor, a Constituição Federal determina que a lei de Diretrizes Orçamentárias seja aprovada antes do recesso parlamentar de julho, sob pena de não haver o recesso de meio de ano. Dessa forma, com as metas e prioridades estabelecidas, a LOA poderá direcionar recursos para projetos incluídos nas prioridades da LDO.

Ed Alves/CB/DA.Press



Parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal apertam o passo para apresentar emendas ao orçamento de 2024

Este ano, a discussão da LDO invadiu o segundo semestre — com recesso branco — e o projeto será votado praticamente junto com a LOA. Como houve mudança nas regras que colocam os limites para os gastos públicos, com a votação do chamado arcabouço fiscal, o relator da LDO, deputado Danilo Forte (União-CE), precisou aguardar os novos parâmetros definidos no arcabouço para elaborar o seu parecer.

Meta fiscal

Neste momento, Forte tenta desatar o nó colocado na meta de resultado fiscal primário, ou seja, o saldo nas contas públicas, sem considerar o pagamento dos juros da dívida brasileira. No PLDO de 2024, o governo criou uma meta ambiciosa, de zerar esse saldo, mas aumentou a previsão de gastos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, conta com a aprovação de projetos que tramitam no próprio Congresso para elevar a arrecadação de impostos e, assim, conseguir cumprir a meta. Embora a LDO permita uma margem de tolerância, que pode ser de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB), o conjunto do que é produzido em bens e serviços no Brasil, para superavit ou para deficit, os especialistas acham improvável que o Brasil alcance a meta.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem declarado que não está disposto a cortar gastos no início do ano. Por isso, a saída em discussão entre o deputado Danilo Forte e o Planalto, é que uma das lideranças da base aliada apresente uma emenda alterando a meta para um deficit de 0,5%. Esse resultado seria menor do que está previsto para 2023, de 1% do PIB. O próprio Danilo, como relator, poderia alterar essa meta, mas ele não quer pagar o ônus político.

Em reunião com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, Danilo informou que até a data limite para apresentação das emendas, o governo definirá se haverá ou não essa alteração por meio de um líder da base. "Ele (Rui Costa) pediu um prazo para que, na próxima semana seja apresentado ou não a emenda que vai fazer a revisão da meta", comentou Forte, ao deixar o encontro com o chefe da Casa Civil.

Emendas Parlamentares

Uma novidade entre as emendas que estão sendo apresentadas à LDO é a que torna obrigatória a execução das emendas de comissão. "O objetivo da emenda que trata das despesas que a gente constrói as emendas e elas são as primeiras a serem contingenciadas no orçamento", disse o autor da proposta, deputado Sidnei Leite (PSD-AM), "não é justo nós termos emendas de ficção". O mesmo parlamentar apresentou uma proposta de criação de um cronograma de execução, para que "as emendas de comissão não sigam para as calendas de restos a pagar".

Além disso, a Comissão Mista de Orçamento estuda a possibilidade de criar as emendas parlamentares por bancadas partidárias. Segundo Forte, a rubrica "RP5", que vai substituir o chamado orçamento secreto, dará mais transparência à execução orçamentária. O Planalto aceita a criação desse novo tipo de emenda, contanto que ela não se torne impositiva, como já ocorre com as emendas individuais.

CONGRESSO

Votações em plenário só na próxima semana

» VICTOR CORREIA

A semana promete ser parada no Congresso Nacional. Com o feriado da Proclamação da República na quarta-feira (15), as duas Casas Legislativas suspenderam as atividades até a semana que vem. Na Câmara dos Deputados, não haverá sessão deliberativa. No Senado Federal, há sessão marcada apenas para amanhã, mas sem votações na pauta. As poucas comissões que têm atividade programada tratam, em sua maioria, das emendas a serem propostas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, que iniciou sua tramitação na última semana.

A pausa ocorre em meio à corrida do governo para aprovar pautas econômicas importantes até o final do ano. A Reforma Tributária, por exemplo, foi aprovada no Senado e deve voltar à Câmara. A expectativa é que o texto seja sancionado ainda neste ano. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já sinalizou que deve pautar a matéria assim que os parlamentares retornarem do feriado. Outro projeto prioritário dos governistas é o que trata da subvenção dos benefícios concedidos por estados sobre o ICMS, que pode trazer um aumento na arrecadação de R$ 35 bilhões no ano que vem, caso aprovada. Parlamentares e a equipe técnica trabalham agora em ajustes para o texto, que deve começar a ser votado no final do mês. Como foi apresentado em caráter de urgência, passa a travar a pauta a partir de 9 de dezembro.

Enquanto na Câmara o movimento previsto é quase zero, a pauta do Senado para a semana traz projetos importantes. O destaque é para a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (Pnab). O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), declarou, na semana passada, que o projeto de lei seria votado nas vésperas do feriado. "Vou colocá-lo para ser votado na terça-feira da próxima semana, véspera do feriado de 15 de novembro. Realizaremos uma sessão em 14 de novembro", disse Pacheco na última quinta-feira. Até o momento, a sessão prevê discussão em turno único da proposta, que teve o requerimento de urgência aprovado na semana passada. A aposta do senador é que o projeto será aprovado sem dificuldades. O texto trata da reparação a populações atingidas pela construção, funcionamento ou rompimento de barragens, além de estabelecer responsabilidades para as empresas com os trabalhadores e população no entorno.

Após o hiato, as atividades parlamentares devem voltar com força na semana que vem, retomando a articulação do governo pelas pautas econômicas. Na quinta, já está marcada, após acordo com os líderes, uma sessão para votar 38 vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os destaques são para vetos ao voto de qualidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e ao arcabouço fiscal.

> **Vou colocá-lo para ser votado na terça-feira da próxima semana, véspera do feriado de 15 de novembro. Realizaremos uma sessão em 14 de novembro"**
>
> ***Rodrigo Pacheco,*** *presidente do Senado*

PODER

Disputa para comando da PGR na reta final

» ANA MARIA CAMPOS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve escolher nos próximos dias o novo Procurador-Geral da República (PGR). Há muitas especulações, mas os dois nomes mais cotados nos últimos meses, Antônio Carlos Bigonha e Paulo Gustavo Gonet, perderam força, segundo a avaliação de subprocuradores-gerais da República.

Dois nomes despontam como fortes na reta final: Aurélio Virgílio Veiga Rios e Luiz Augusto Santos Lima, que foi vice-procurador-geral da República na gestão de Augusto Aras, quando a 02, Lindora Araújo, se afastou em agosto para tratamento de saúde por duas semanas.

Aurélio Rios e Luiz Augusto foram recebidos pelo presidente Lula. Mas a decisão até agora não foi anunciada.

Bigonha é apoiado por uma ala do PT. Gonet conta com o apoio dos ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Lula, no entanto, não tem demonstrado que se sente seguro com esses nomes, embora ambos sejam considerados excelentes quadros do Ministério Público Federal.

Luiz Augusto seria uma espécie de continuidade do mandato de Augusto Aras. Ele também sucedeu o ex-PGR na procuradoria do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em 2010. Ambos são considerados garantistas e têm perfis de atuação semelhantes. Aurélio, Bigonha e Gonet seriam mais independentes.

A força de Gonet, no entanto, não pode ser subestimada. Além da simpatia dos ministros do STF, ele tem o apoio dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Entre integrantes do MPF, sabe-se que ele até já escolheu o vice.